



número 116 - Março 2007

#### NOSSA OPINIÃO

- Biocombustíveis: o que poderia ser positivo, transformado em grave ameaça para o Sul

#### COMUNIDADES E FLORESTAS

- Brasil: camponeses do MST ocupam fazenda camaroneira
- Camarões: quando as mulheres se mobilizam em prol do moabi
- Equador: o Povo Awá e seu território entre interesses políticos e pressões econômicas
- Índia: movimento indígena em Jharkhand impugna planos para desenvolvimento industrial que ameaçam destruir as florestas, terras agricultáveis e modo de vida Adivasi
- Nigéria: mulheres de Idheze fecham instalações petroleiras da Aqip

#### COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: um panorama das monoculturas de eucaliptos
- Camboja: o Povo Indígena Jarai entra na justiça para reclamar suas terras
- Camarões: a dura realidade das plantações de dendezeiros
- Colômbia: empresa de celulose irlandês-holandesa acusada de sérios crimes sociais e ambientais
- Swazilândia: queda da credibilidade do FSC por certificação da Sappi

#### AGROCOMBUSTÍVEIS

- Etanol celulósico: a emenda é pior do que o soneto
- Brasil: agrocombustíveis representam novo ciclo de expansão e devastação nas regiões do cerrado e da Amazônia

#### COMÉRCIO DE CARBONO

- O indecente do comércio do carbono

#### NOSSA OPINIÃO

- **Biocombustíveis: o que poderia ser positivo, transformado em grave ameaça para o Sul**

Ninguém com mente sã pode acusar o Presidente George W. Bush de que se preocupa demais com a mudança climática. Seu currículo na matéria é impecável e tanto seu apoio irrestrito à indústria petroleira quanto suas guerras petroleiras têm significado importantes contribuições ao aquecimento global. Se ficarem dúvidas, sua persistente negativa a assinar o Protocolo de Kyoto o transforma no líder indiscutível dos que mais contribuem com a destruição do clima do planeta Terra.

É por isso que chama poderosamente a atenção seu recente interesse nos biocombustíveis. Efetivamente, durante sua recente visita a vários países da América Latina (Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México) esse foi o ponto mais claro na agenda de uma visita que foi definida por alguns jornalistas como "a diplomacia do etanol". Ainda mais, pouco antes de começar sua visita esteve nas instalações de uma empresa vinculada à indústria do etanol, onde fez referência –entre outras coisas- "às tecnologias que nos permitirão transformar lascas de madeira em combustíveis que façam funcionar automóveis".

Esse súbito interesse de Bush em um assunto aparentemente tão afastado de seus interesses e preocupações serve para entender melhor as razões pelas que tantos governos e agências do Norte estão promovendo o desenvolvimento dos biocombustíveis em tantos países do Sul.

Ao contrário de outros governantes do Norte, Bush nem sequer tenta apresentar-se como "verde". As razões que apresenta são fundamentalmente estratégicas e econômicas. Afirma que o impulso aos biocombustíveis é "um objetivo nacional muito importante", que consiste em "passar a ser menos dependentes de combustíveis provindos do exterior e portanto garantir que nossos interesses estratégicos nacionais estejam melhor protegidos e que nossos interesses em matéria de segurança econômica estejam mais intatos". No plano econômico diz que "Enquanto os preços dos hidrocarbonetos aumentam, faz sentido que sejamos capazes de conseguir que fontes alternativas de energia cheguem ao mercado o mais rápido possível".

Todo esse raciocínio com certeza já o tem feito os governos da maioria dos países do Norte –particularmente os europeus- o que leva a duvidar de quão "verdes" são suas intenções.

Do ponto de vista de muitos governos do Sul, os biocombustíveis são percebidos simplesmente como um novo produto a ser exportado; como uma "oportunidade". Isso, junto com os múltiplos apoios que para seu desenvolvimento estão recebendo de agências de cooperação e organismos multilaterais tem resultado na adoção de políticas e medidas específicas para sua promoção em dezenas de países, sem levar em conta suas possíveis conseqüências sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Em contraposição as organizações populares do Sul os percebem como uma séria ameaça para a subsistência das pessoas. Efetivamente, os planos governamentais implicam que milhões de hectares de terras hoje produtoras de alimentos vão ser destinadas à produção de combustíveis para alimentar automóveis. Cultivos como o milho, a soja, a cana-de-açúcar, o dendezeiro e muitos outros vão ser transformados em etanol ou biodiesel. Nas palavras do próprio Bush, já está prevista a conversão de madeira em etanol, o que significa a ameaça da plantação de ainda mais monoculturas de árvores de rápido crescimento para alimentar carros. Tudo isso se fará às expensas de terras produtoras de alimentos e de florestas.

Nesse contexto, a recente reunião levada a cabo no Mali pela soberania alimentar, onde participaram representantes de mais de 80 países se expediu claramente contra "os 'Desertos Verdes' das monoculturas de biocombustíveis industriais e outras plantações". (1) Também o fizeram as mulheres lá reunidas em sua declaração sobre soberania alimentar, enfatizando que "As monoculturas, entre elas as empregadas para os agrocombustíveis...têm efeitos negativos sobre o ambiente e sobre a saúde humana..." (2).

Em outro contexto, o Tribunal Permanente dos Povos (antigo Tribunal Russell) se reuniu recentemente em Cacarica, Colômbia e no seu ditame se incluíram sérias acusações a empresas produtoras de azeite de dendê. Entre outras coisas foram acusadas (e o governo colombiano foi acusado), de ter semeado dendezeiros em "territórios coletivos de comunidades afro-colombianas, operações que foram possíveis graças à perpetração e impunidade de mais de 113 crimes de lesa humanidade, 13 deslocamentos forçados, 15 casos de torturas, 17 detenções arbitrárias, 19 saqueios a aldeias, 14 incursões do tipo paramilitar, agressões à área humanitária, 4 assassinatos ou execuções extrajudiciárias e a chamada 'desmobilização' que tem possibilitado o desenvolvimento de novas ameaças de morte e de controle sobre a população". (3)

Logicamente que isso não terá preocupado muito os presidentes colombiano e norte-americano quando se reuniram recentemente, já que os dois têm sido e continuam sendo sócios na massacre que se leva a cabo nesse país sob o nome de Plano Colômbia. O resultado final será positivo para eles: a produção de biodiesel de dendzeiros. Mas é bom que os futuros consumidores desse combustível reflitam sobre o depoimento de uma mulher que disse perante o Tribunal que: "o dendzeiro está adubado pelo sangue de nossos irmãos, amigos e familiares", acrescentando que "não temos onde trabalhar porque o território está coberto com dendzeiros".

Essa é a verdadeira face que se esconde por trás dos chamados "biocombustíveis" no Sul. Bio significa vida. No entanto, o cultivo desses combustíveis significa morte. Morte de comunidades inteiras, morte de culturas, morte de pessoas, morte da natureza, sejam plantações de dendzeiros ou de eucaliptos, sejam monoculturas de cana-de-açúcar ou de soja transgênica, sejam promovidas por governos "progressistas" ou "conservadores". Morte.

O que poderia ter sido algo positivo (a substituição de combustíveis fósseis por combustíveis decorrentes de biomassa) transformou-se, por obra e graça de determinados interesses do Norte, em uma das mais sérias ameaças para a sobrevivência de milhões de pessoas no Sul. Para que os biocombustíveis sejam positivos de novo, o enfoque deve ser mudado totalmente: deve passar-se da produção para um mercado global ao fornecimento local, da monocultura à diversidade, do monopólio à descentralização, do social e ambientalmente destruidor ao respeito pelas pessoas e a natureza. Algo que não está no pensamento das empresas, mas que sim é possível achar na cabeça das pessoas, tanto no Sul quanto no Norte. Para todas elas e todos eles apelamos para que protejam a vida e ajudem a deter esse processo que –sob um manto "ecológico- é sinônimo de morte.

(1) A declaração na íntegra está disponível em espanhol em:

[http://www.wrm.org.uy/actores/FSM/Declaracion\\_Nyeleni.html](http://www.wrm.org.uy/actores/FSM/Declaracion_Nyeleni.html)

(2) A declaração na íntegra está disponível em espanhol em:

[http://www.wrm.org.uy/temas/mujer/Declaracion\\_Mujeres\\_Nyeleni.html](http://www.wrm.org.uy/temas/mujer/Declaracion_Mujeres_Nyeleni.html)

(3) A declaração na íntegra está disponível em espanhol em:

[http://www.wrm.org.uy/paises/Colombia/Tribunal\\_Pueblos.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Colombia/Tribunal_Pueblos.html)

[início](#)

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### - **Brasil: camponeses do MST ocupam fazenda camaroneira**

O problema da perda de territórios pelos camponeses e povos indígenas em favor de projetos industriais tem várias pontas no Brasil e o Movimento dos Sem Terra (MST) leva adiante uma luta para contra-arrestar esse processo.

Temos informado a respeito das sucessivas ocupações de terras plantadas com vastas monoculturas de eucaliptos para a produção de celulose –uma dessas ocupações protagonizada recentemente por mulheres da Via Campesina/MST por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Também os mangues são afetados por projetos depredadores. A criação de camarões em cativeiro é um negócio extrativista que implica a destruição dos mangues. Em resposta a essa situação e como protesto pela lentidão do processo de reforma agrária no estado, em 21 de janeiro desse ano, aproximadamente 150 famílias vinculadas ao MST invadiram a fazenda camaroneira Qualibras, localizada em Itapipoca, região costeira do Estado do Ceará.

O MST denunciou com a ocupação mais um ato de violência do agronegócio no país, do grupo Qualibrás, que destrói os mangues da região. De acordo com as leis brasileiras, trata-se de um crime ambiental grave, por causa da importância dos mangues, entre outras coisas, na cadeia alimentar marinha. O Instituto Terramar do Brasil denuncia

que as fazendas camaroneiras violam as leis do Ceará já que estão construindo-se viveiros em áreas de preservação permanente. "Um diagnóstico realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) identificou que 75% das fazendas camaroneiras do Ceará estão construídas em áreas de preservação permanente, violando as leis do Estado".

Nos mangues o grande negócio acha uma grande rentabilidade pelo baixo custo de produção que lhe fornece a água abundante e próxima e o movimento da maré que contribui com uma redução considerável das despesas de bombeamento da água dentro dos tanques.

Apesar de sua importância ambiental e da legislação, as empresas de criação do camarões em cativeiro continuam expandindo seu negócio: entre 2003 e 2004 a superfície de fazendas camaroneiras no Brasil passou de 14.824 para 16.598 hectares, no total de aproximadamente 1.000 fazendas no país, em comparação com as 20 que existiam na década de 80.

Enquanto o agronegócio avança sobre os mangues do nordeste do país, os trabalhadores se organizam. As famílias que participaram na ocupação acampam na região costeira do Estado, em luta pela entrega de terras e a outorga de títulos. No total há aproximadamente 1.700 famílias, distribuídas em 25 acampamentos, muitas delas esperando há mais de cinco anos a reforma agrária prometida. Em 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tinha como alvo o assentamento de 2.000 famílias no Estado, mas apenas 206 receberam terrenos. O grupo indígena "Tremembes" também participou na ocupação, reclamando pela demarcação de terras na área indígena de Buritis, em Itapipoca.

Pistoleiros contratados pela empresa rodearam na noite do dia 23 de janeiro o acampamento, tentando amedrontar homens, mulheres e crianças, os que finalmente e para evitar um conflito que colocasse em risco a segurança das famílias, abandonaram a ocupação na manhã seguinte.

"Saímos com a perspectiva de voltar novamente, se o INCRA não resolver especificamente os problemas da reforma agrária" disse um representante dos sem terra.

Artigo redigido com base em informação obtida de: "Brasil: MST ocupa fazenda devastadora de mangues no Ceará", Igor Felipe Santos, <http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/29831>; "MST ocupa fazenda de criação de camarão", Carlos Henrique Camelo, O Povo online, <http://www.opovo.com.br/opovo/ceara/664429.html>; "MST sai de fazenda com ameaças de jagunços no Ceará", CUT, <http://www.cut.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=7314&sid=22>

[início](#)

---

### - Camarões: quando as mulheres se mobilizam em prol do moabi

O sul de Camarões é vermelho e verde. Verde como a floresta da bacia do Congo, que respira e bate, e que oferece a seus habitantes os recursos bióticos necessários para a subsistência; vermelho como os caminhos empoeirados pelos que transitam caminhões transportando os corpos de gigantes da floresta que serão transformados em móveis, parquetes, portas, etc. Pelas veias abertas de Camarões flui seu elemento vital para o porto de Douala, onde o vampiro do Norte vem para saciar sua sede...

Da floresta chegam até nós vozes de mulheres. No sudeste de Camarões há mulheres que se organizam para melhorar suas condições de vida e preservar uma árvore mítica: o moabi (*Baillonella toxisperma*). Este gigante da floresta da bacia do rio Congo está sendo explorado industrialmente, a um ritmo difícil de determinar mas que atinge as populações locais e, em particular, as mulheres.

Para as populações do sul de Camarões, o moabi tem uma importância considerável. “Árvore sagrada”: tradicionalmente, os ancestrais falecidos eram sentados ao pé ou em um oco do tronco; depois, o moabi encarnava o poder do difunto. “Árvore farmácia”: sua casca, suas folhas e raízes servem para preparar mais de cinquenta medicamentos tradicionais, usados, entre outras coisas, para o tratamento de dores menstruais, infecções vaginais e puerpério. “Árvore nutritivo”: seus frutos são comestíveis, e assim reduz o trabalho doméstico das mulheres durante a frutificação; as sementes produzem um óleo de boa qualidade, que está sob o controle das mulheres desde a coleta até a comercialização, e que representa uma de suas principais fontes de renda nas regiões produtoras.

A exploração industrial da floresta começou em Camarões nos alvares do século vinte, durante a colonização alemã, na região litoral, para espalhar-se depois por todo o país à medida que eram construídas as vias férreas. E, mesmo que alguns empresários não achem explicações para a diminuição de moabis, é possível observar que a distribuição desta espécie é inversamente proporcional à presença histórica de explorações florestais. De fato, o comércio do moabi é lucrativo, por ser uma madeira de alta qualidade para a carpintaria e de elevado preço no mercado internacional. É mesmo um produto de luxo, que enfeita o interior de iates ou propriedades rurais em forma de assoalhos, janelas, revestimentos, etc. Para revestir o chão do Teatro dos Campos Eliseus, em Paris, foi escolhido um parquet de moabi...

Em Camarões, o comércio internacional da madeira está exclusivamente nas mãos de empresas estrangeiras, maioritariamente francesas, italianas, libanesas e, há pouco, chinesas. No entanto, o mercado do moabi continua sendo muito “franco- francês”: conforme estatísticas oficiais, entre 2000 e 2005, 45% do volume de moabi foi produzido por empresas francesas, e 71% da produção foi vendida na França (24% na Bélgica). É evidente portanto que o comércio de moabi coincide perfeitamente com os laços comerciais do país com a antiga metrópole.

A partir da década de 80, muitas aldeias estão em conflito com as empresas de exploração florestal pela reserva do Dja, região rica em moabis. Os moradores encaminharam numerosas cartas junto às autoridades competentes, reivindicando seu direito de uso do espaço florestal e pedindo proteção para os moabis. Tomaram várias medidas, tais como organizar reuniões com os empresários, marcar os moabis para assinalar seu direito a usá-los e bloquear o passo das máquinas até que interviesse o exército, mas não conseguiram seus objetivos. Em Bedoumo, o exército reprimiu violentamente uma greve destinada a fechar o passo dos madeireiros. Os moradores foram obrigados a recolher com as mãos as brasas dos fogaréis que tinham acendido na estrada para suportar o frescor da noite; foram espancados e torturados, e algumas mulheres grávidas sofreram abortos por esse motivo. Os conflitos deste tipo mobilizam toda a comunidade, mesmo que em geral sejam os homens que aparecem, já que se supõe que são eles que têm contato com as autoridades, tanto verbal quanto por escrito.

No entanto, os dois conflitos vinculados especificamente com o moabi que enfrentaram fisicamente os moradores com os empresários foram, um deles, impulsionado por mulheres, e o outro conduzido por mulheres. Em Bapilé, a empresa italiana FIPCAM abriu um caminho (em um dia de festejos em que os moradores tinham ido a uma aldeia vizinha) no espaço reservado para a floresta comunitária, e destruiu um cemitério. No dia seguinte, ao ouvirem o barulho dos lenhadores e descobrirem vários moabis em flor que tinham sido derrubados, cinco mulheres do povoado foram à floresta para tentar convencer os trabalhadores de abandonarem a atividade, mas não o conseguiram. Nos dias seguintes, toda a comunidade se mobilizou para bloquear a estrada e as máquinas; houve lutas e greves durante um mês, e finalmente obtiveram a proteção de algumas árvores remanescentes e o reconhecimento do prejuízo causado (300 moabis derrubados), embora a perda não tenha sido compensada ainda.

Na aldeia de Zieng- Ognoul, de Pallisco, um empresário francês abriu um caminho no espaço reservado para a floresta comunitária. Ao ouvir o barulho, a senhora Koko Sol marchou para a floresta com várias pessoas do povoado, principalmente mulheres e ameaçou com atear fogo nas máquinas se os operários não interrompessem o trabalho. Esta iniciativa permitiu rejeitar os madeireiros e preservar grande quantidade de moabis; infelizmente, onze já tinham sido derrubados.

Em alguns casos, também surgem conflitos entre os homens e as mulheres dos povoados. Em primeiro lugar, porque os homens trabalham nas empresas e se encarregam de inventariar as espécies madeiráveis. Em segundo lugar, porque alguns deles vendem moabis de seus campos para serrarias clandestinas. Uma mulher de Ebimimbang afirmou que “os culpáveis são os homens, porque são eles que têm contato com os empresários, e sabem muito bem que [o moabi] é muito importante para as mulheres”.

A escassez de moabis prejudica especialmente às mulheres, que devem encontrar outras opções alimentares, recebem menos renda e carecem de ingredientes medicinais para tratamentos específicos de doenças genitais femininas. Além disso, devem suportar a dominação masculina em suas sociedades. Diante desta situação, a senhora Rufine Adjowa decidiu criar uma ONG chamada CADEFE, cujo objetivo é melhorar as condições de vida das mulheres com a proteção do moabi. A idéia é reunir as moradoras em pequenos grupos ou até em cooperativas, para desenvolver a venda de óleo de moabi. As camponesas podem assim obter rendas importantes para poder pagar a escolarização das crianças e o atendimento médico ou comprar o petróleo e o sabão que necessitam, sem ter que pedir dinheiro a seus maridos.

Por serem marginadas, todas estas mulheres constituem um grupo social capaz de impulsionar mudanças nas relações de poder e de propor soluções eficazes para a gestão sustentável e equitativa dos ecossistemas florestais.

Por Sandra Veuthey, com base nas observações de campo da autora.  
[sandra.veuthey@campus.uab.cat](mailto:sandra.veuthey@campus.uab.cat)

[início](#)

---

### - Equador: o Povo Awá e seu território entre interesses políticos e pressões econômicas

O Ministério do Ambiente está colocando em perigo os territórios indígenas no Equador. Sob um novo termo- “co-manejo”, pretende entregar nossas terras ancestrais e seus recursos naturais a madeireiros, palmicultores e mineiros.

No dia 12 de janeiro de 2007, a ministra do Ambiente, Ana Albán, modificou a adjudicação do território Awá e instaurou um regime de co- manejo entre as comunidades indígenas Awá e afro-equatorianas para a Paróquia de Ricaurte- Tululbí, Cantão San Lorenzo, Província Esmeraldas. Essa resolução afeta as cinco comunidades Awá: Guadualito, Mataje, Balsareño, Pambilar e La Unión, com 771 habitantes, e um território de cerca de 17.493 hectares.

Os Awá somos uma nação indígena ancestral do noroeste do Equador e sudoeste da Colômbia. Temos uma cultura única com idioma próprio, o “Awa pit”. No Equador possuímos 22 centros (comunidades) Awá legalmente constituídos. Todos estão organizados na Federação de Centros Awá do Equador (FCAE), legalmente reconhecida pelo estado equatoriano. A FCAE e seus 22 centros têm uma adjudicação total, através de diferentes títulos, de 115.336 hectares de terras comunitárias localizadas nas províncias de Esmeraldas, Carchi e Imbabura.

Precisamos de nossas terras para nosso sustento e nossa sobrevivência. Não vamos abandonar nossas casas e comunidades nem vamos ceder em nada. Se nossas terras ancestrais forem invadidas, haverá confrontos. Defenderemos nossa terra até o final, mesmo com nossas vidas. Não queremos, de jeito nenhum, chegar a extremos ou à violência, mas responsabilizaremos diretamente a ministra Ana Albán de tudo o que puder acontecer neste caso.

Estamos nos amparando em nossos direitos legítimos garantidos pela constituição equatoriana e por acordos internacionais como o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho, assinado pelo estado equatoriano.

Em abril de 2006, a Associação de Negros do Equador (ASONE) encaminhou uma carta ao ex- presidente Alfredo Palacios na qual reclamava, através de informações falsas e acusações mal- intencionadas, que fosse revogada a adjudicação de nosso território Awá de 99.337 h, realizada pelo Ministério do Ambiente no dia 2 de março de 2006.

Basta visitar as terras para verificar quem é que habita e planta nesse local. A ASONE afirma que somos colombianos e narcotraficantes, mas na realidade somos uma das 14 nações indígenas oficialmente reconhecidas no Equador. Todos nós somos nascidos aqui, temos carteiras de identidade equatorianas e todas nossas comunidades estão juridicamente constituídas. Não existem cultivos de coca no território Awá.

Sempre vivemos de forma pacífica em nossas terras, sem que ninguém tenha reclamado direitos ancestrais sobre elas. No dia 2 de março de 2006, depois de 30 anos de luta, a ministra do Ambiente Alban finalmente nos adjudicou 99.337 hectares de nossas terras ancestrais. Essa adjudicação tem sido o resultado de um minucioso trabalho público, administrativo e de campo que teve uma duração de três anos. Cada metro de nossos limites teve uma revisão de campo.

Além disso, essas mesmas terras já foram demarcadas como “Área de Assentamento Tradicional da Comunidade Indígena Awá” por parte do Ministério da Agricultura em 1988 e foi delimitada e reconhecida nossa posse ancestral como “Reserva Étnica Awá” para 101.000 hectares por parte do INEFAN, antecessor do Ministério do Ambiente, em 1995. Os limites de nossas terras nunca foram alterados.

Por trás dessa denúncia estão os traficantes de terras de San Francisco e San Lorenzo, organizações fantasmas como o “Frente Cívico de Defesa dos Territórios Ancestrais” e o ex- deputado Rafael Erazo de Esmeraldas. Eles querem vender nossos recursos naturais e terras às empresas madeireiras, palmicultoras e mineiras. Ficam escondidos atrás da ASONE para que pareça que se trata de um conflito étnico, mas não é assim. Nós não temos problemas com as comunidades afro- equatorianas. Há séculos convivemos com elas como bons vizinhos, cada um em sua terra. Respeitamos mutuamente nossas culturas e nossas terras.

Neste mês de março já ocorreu a primeira invasão de Guido Rodríguez, um conhecido intermediário madeireiro da zona, que trabalha para a Plywood Ecuatoriana e CODESA, do Grupo Álvarez Barba. Invadiu com seu pessoal a floresta do centro Awá Balsareño para abrir faixas na floresta. Foi expulso pela comunidade, como já tinha acontecido em 2005, quando entrou com tratores ao território Awá para desmatar nossa floresta e transformá-la em painéis de compensado.

Em outro centro Awá, o do Río Tigre na província de Carchi, cantão Tulcán, a situação é pior ainda. No ano de 2002, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), instituição estatal responsável pela adjudicação de terras, transferiu legalmente ao centro Awá Río Tigre, 6.024 hectares de terras ancestrais comunais. Mas em dezembro do ano passado, o INDA resolveu reverter a adjudicação do território ao estado, aceitando a demanda de duas associações agrícolas de Ibarra, a “Associação de Trabalhadores Autônomos San Vicente” e a “Associação de Desenvolvimento Comunitário Vista Hermosa do Río Tigre” que estão reclamando uns 4.000 h de florestas dentro do território Awá.

Ambas associações são especuladoras de terras, e pretendem apropriar-se de nossas terras e florestas para ganhar dinheiro. Nunca moraram no local nem trabaharam essas terras. São parceiras de uma corporação (Egocreatnet – Ecuador), à qual querem adjudicar uns 500 h dessas terras.

Atualmente, nosso território é o último remanescente importante de floresta úmida tropical de toda a costa equatoriana. Sempre defendemos nossas terras e conservamos nossas florestas. Estamos vivendo em harmonia com o meio ambiente, tirando proveito dele sem destruí-lo. Como já não há madeiras nem terras disponíveis para novas plantações de dendê querem apropriar-se de nosso território Awá.

Não permitiremos que expulsem nossas comunidades para vender nosso território aos madeireiros e palmicultores. Estamos organizados e preparados para implementar qualquer ação necessária. Temos nosso próprio Subprograma de Manejo Florestal Comunitário e um Centro de Aproveitamento e Transformação de Madeiras em San Lorenzo. Aproveitamos pequenas quantidades de madeira com métodos tradicionais e de baixo impacto ambiental.

Se existe esse interesse em recuperar terras ancestrais na zona de San Lorenzo, as autoridades devem recuperar as dezenas de milhares de hectares de terras que foram saqueadas às comunidades afro- equatorianas por parte das empresas palmicultoras. Estas últimas têm desmatado desde 1999 uns 40.000 hectares de florestas no cantão de San Lorenzo para o estabelecimento de plantações industriais de dendezeiros.

As conseqüências são gravíssimas. As florestas do Chocó com sua altíssima biodiversidade desapareceram para sempre. Os animais de caça e a pescaria nos rios já não existem. As comunidades afro- equatorianas ficaram praticamente sem terras, alimentos nem fontes de trabalho. Os rios foram envenenados com praguicidas e fertilizantes das plantações de dendezeiros. Um deserto verde agro- industrial.

Nesse contexto também cabe apontar a cumplicidade do estado equatoriano na ocupação de terras ancestrais e no desmatamento do cantão San Lorenzo. No dia 8 de agosto de 2002, o ex- presidente Gustavo Noboa assinou o decreto 2961, que designa para uso agrícola um polígono de aproximadamente 60.000 hectares de terras comunitárias do cantão San Lorenzo, que inclui parte do território Awá e 5.000 hectares de Patrimônio Florestal do Estado.

Esse decreto foi elaborado em conjunto pelos Ministérios do Ambiente, Agricultura e Relações Exteriores e empresas palmicultoras. O objetivo do decreto tem sido legitimar as terras que as palmicultoras têm adquirido ilegalmente, ampliar sua superfície e legalizar o desmatamento que realizaram durante anos sem terem licenças nem avaliações de impacto ambiental, nem considerarem as comunidades locais.

A FCAE exige do governo equatoriano que:

- Respeite e garanta definitivamente os títulos de posse para o território Awá.
- Persiga as invasões, as extrações madeireiras por terceiros, etc. no território Awá.
- Reconheça a autoridade indígena Awá para o território (circunscrição).

Ao mesmo tempo pedimos apoio e ajuda a todas as organizações para a defesa de nossa terra.

Por: Olindo Nastacuaz, Presidente da Federação de Centros Awá do Equador (FCAE), correio eletrônico: [fedawa@federacionawa.org](mailto:fedawa@federacionawa.org), [www.federacionawa.org](http://www.federacionawa.org)

[início](#)

---

### **- Índia: movimento indígena em Jharkhand impugna planos para desenvolvimento industrial que ameaçam destruir as florestas, terras agricultáveis e modo de vida Adivasi**

Como os governos estaduais em muitas outras partes da Índia, o governo do Estado de Jharkhand está planejando uma expansão industrial em grande escala em toda a região em nome do "desenvolvimento" e da "redução da pobreza". Para a consternação e desilusão dos movimentos massivos em Jharhand, os recentemente eleitos funcionários do governo planejam apoiar acordos ajustados pelo antigo governo estadual com as principais companhias de aço e mineradoras. Em troca de 169198 crores de rúpias (c. USD 3,8 bilhões) de investimento, esses acordos prometem às companhias aquisição massiva de terras, o que vai desmatar pelo menos 57.000 hectares de floresta e deslocar 9.615 famílias, muitas delas localizadas em Áreas Registradas reservadas para os povos indígenas Adivasi no Estado.

No Distrito de Ranchi, por exemplo, a companhia baseada no Reino Unido Arcelor Mittal planeja assumir o controle das terras e florestas tribais no Bloco de Karra para construir uma enorme fábrica de aço com apoio do governo do Estado. O plano inteiro tem sido desenvolvido sem consulta e sem o consentimento prévio do povo Adivasi afetado – em violação direta das proteções legais para os povos indígenas, incluindo o 5ª Registro, a Lei de Arrendamentos de Chotangapur (1908) e a Sentença de Samata.

Nos últimos dois anos os movimentos sociais indígenas e de massa em Jharkhand se têm mobilizado para impugnar esses planos oficiais para desenvolvimento industrial massivo no Estado inteiro. Os movimentos populares estão dizendo categoricamente "não" ao deslocamento relacionado com a indústria e rejeitam a interferência nos assuntos locais e na tomada de decisões por "funcionários de relacionamento com a comunidade" da companhia ou ativistas e políticos de partidos políticos.

No Bloco de Karra o povo Adivasi tem começado uma campanha para proteger suas terras e florestas tradicionais e tem formado uma organização de campanha chamada Ottehasa Horo Sangathan (Organização dos Povos da Terra). A aldeia de Udikel é uma das 144 comunidades ameaçadas com o deslocamento onde as pessoas se tem organizado para opor-se ao desenvolvimento de cima para baixo.

Nandi Pahan, líder da Panchayat Udikel diz que sua comunidade nunca vai trocar suas florestas e campos pelo desenvolvimento industrial:

Todas as coisas estão aqui em nossa terra tradicional: nossas casas, nossos campos, nossas florestas, nossos cemitérios e sítios de cerimônias. A terra é sagrada para nós. Aqui é onde realizamos nosso festival Baha (festa das flores) e outras cerimônias. A floresta têm nossos sarna "locais para oração" especiais. Portanto nossa terra faz parte de nossa forma de vida. Não deixaremos nossa terra. Se entregarmos nossas terras: que vamos comer? Onde plantaremos nossos cultivos?

Ele é apoiado por outros líderes da comunidade:

A floresta é de grande importância para nós. Colhemos frutas como o karanj da floresta e medicinas. Colhemos produtos menores da floresta para a venda. Temos nossos pomares onde cultivamos mangas e tamarindos. Usamos a floresta para obter materiais de construção para nossas casas e para fazer ferramentas, incluindo nossos implementos agrícolas. Como pode uma fábrica substituir tudo isso? É nossa cultura e nosso meio de vida. Não podemos nem deixaremos esta terra [Devar Pahan, Aldeia de Udikel]

No Distrito de Seraikella Karshwan as mineradoras e companhias de aço têm pressionado as aldeias Adivasi para que deixem suas terras e florestas tradicionais para o "desenvolvimento". Pelo menos 39 aldeias em 4 Panchayat no Distrito informam que agentes da Companhia as têm visitado nos últimos anos para tentar persuadi-las de deixar suas florestas para mineração. O Panchayat Dalbhanga, por exemplo, tem sofrido constante pressão para abrir suas terras para a mineração de pedra calcária e somente deteve o assédio pelos agentes da companhia depois de uma protestação massiva contra a mina proposta. No Panchayat de Rugudi, Magila L Phonta Ltd. tem solicitado uma licença para a mineração do ouro que afetaria as aldeias de Ramdih e Mutugarha.

Aqui também os aldeões se têm oposto a esses planos e têm rejeitado os contatos dos agentes da companhia, em parte organizando numerosas reuniões em 2005 e 2006 para protestar contra o desenvolvimento indesejado da mineração em suas terras.

Não queremos entregar nossa terra e direitos consuetudinários a ninguém –seja o governo ou companhias particulares. Nossa terra e nossa floresta são as fontes de vida para nossas comunidades. Para nós, a floresta e a terra são tudo! Nunca permitiremos que as companhias nem o Estado se aposses delas! [Mangal Singh, aldeia

Batani, Panchayat de Torandih]

“Se as companhias de mineração vierem, este lugar vai virar como a Ilha de Kolapani (afastada e solitária): será como o inferno. Vai transformar-se em um lugar miserável. Perderemos os vegetais e nossa terra acabará. Nossa saúde vai prejudicar-se e nossas plantas medicinais vão ser destruídas. A companhia pode prometer substituir nossa floresta mas essas vão ser as árvores venenosas que vão absorver a água de nossa terra. Essas árvores (eucaliptos) não servem para ninguém aqui. Nem para as pessoas nem para os animais. É por isso que não vamos desistir de nossos direitos” [Ghopal Singh Munda, Aldeia de Siyadia, Panchayat de Rugudi, Bloco de Buchei, Bakas Mundari Khuntkatti e Secretário Geral de Samiti Rakshe Evam Vikas]

Informação Adicional:

Por mais informação sobre as ameaças às florestas e indígenas e oposição de movimentos indígenas e massivos ao desenvolvimento da mineração e industrial em Jharkhand, contatar Sanjay Bosu Mullick do Jharkhand Save the Forest Movement [rch\\_sanjay@sanchart.in](mailto:rch_sanjay@sanchart.in) e Tom Griffiths, Forest Peoples Programme [tom@forestpeoples.org](mailto:tom@forestpeoples.org). Ver também um artigo mais detalhado com fotografias em [http://www.forestpeoples.org/documents/asia\\_pacific/india\\_jharkhand\\_feb07\\_eng.pdf](http://www.forestpeoples.org/documents/asia_pacific/india_jharkhand_feb07_eng.pdf)

início

---

### - Nigéria: mulheres de Idheze fecham instalações petroleiras da Agip

Em nosso boletim Nº 111 já falamos do que a “Operação Mudança Climática” - iniciada no dia 1º de janeiro de 1999- conseguiu no Delta do Níger: ativistas conseguiram o encerramento de estações de fluxo de petróleo e combustão de gás. Como resposta, houve destruição de moradias, mortes e estupros.

No entanto, a luta continuou e principalmente as mulheres iniciaram uma campanha conjunta em favor da vida com o intuito de colocar um freio à depredação provocada pelas Gigantes Petroleiras. Elas ganharam a batalha: em janeiro de 2006, a justiça nigeriana ordenou a Shell que detivesse a queima de gás natural em Ogoniland.

Agora, continuam na luta. Mulheres da comunidade Idheze na divisão administrativa de Isoko South do Estado de Delta encerraram novamente os escritórios da petroleira Nigeria Agip Oil Company(NAOC) alegando falta de pagamento de compensações pelos danos decorrentes do despejo de efluentes residuais/ químicos na comunidade.

Recentemente, os detritos/ produtos químicos da plataforma petroleira foram vertidos na região pantaneira de Idheze provocando a morte e a destruição da vida aquática. Nos dias seguintes, muita fauna aquática morta ainda flutuava no local.

No início de dezembro de 2006, as mulheres tinham tomado conta das instalações petroleiras da Agip, devido a companhia não ter implementado um acordo prévio assinado com a comunidade quando entrou em suas terras.

Elas revelaram que um derramamento levou à morte de sete adultos e três crianças e ainda destruiu árvores e culturas econômicas em 1982.

As mulheres, munidas de cartazes, obstruíram a entrada principal das instalações da companhia e fizeram que todos os trabalhadores recuassem. Nos cartazes expressavam: “Estamos cansados do tratamento inumano da NAOC”, “Continuaremos impedindo suas atividades até nossas exigências serem satisfeitas”, “Paguem as compensações pelos efluentes residuais/ produtos químicos que vocês usaram para poluir nossa terra.”

As mulheres chegaram ao local com seus utensílios e alimentos, desde sacos de arroz, batatas doces, garri [comida feita com mandioca] até toldos com os que improvisaram tendas. E juraram que não sairiam do local até suas exigências serem satisfeitas.

Elas relatam que depois de tudo o que a comunidade sofreu em decorrência do derramamento, a Agip desconsiderou o conselho do departamento de fiscalização da Nigéria National Petroleum Company (NNPC) que requisitou que a Agip compensasse a comunidade.

A senhora Mercy Okunwa, líder das manifestantes, que falou em nome do presidente geral da comunidade, Joel Ogbru, acusou a companhia de insensibilidade diante da situação premente dos moradores bem como de descumprimento do acordo feito com a comunidade em Port Harcourt, no passado mês de dezembro.

Ela disse que a atitude impassível da NAOC diante dos problemas da comunidade, provocou um protesto da comunidade no dia 19 de dezembro de 2006, a fim de manifestar sua "aflição, até agora nenhuma das promessas feitas pela NAOC foram implementadas".

Ela revelou que muitas das empresas de serviços que operam nas plataformas estão "realizando as atividades com o consentimento da Agip mas em detrimento da comunidade porque nenhuma delas paga royalties à comunidade."

Acusaram as empresas de serviços SERIC, IMPEANTI e KCA Deutage por descumprirem completamente os acordos com a comunidade, alegando que a Agip conspirou com algumas delas a fim de roubar os direitos da comunidade. Ela lamentou que os contratos que deviam ter sido dados à comunidade local tenham sido executados por estrangeiros.

"Nós somos gente pacífica e sabemos que fomos iludidos pela Agip; desta vez, não queremos que nada prejudique nossa gente e portanto, até a administração da companhia não responder a nossa reclamação, não sairemos do local," disse a mulher com amargura.

Artigo baseado em: "Women protesters shut oil facility as toxic waste ravages community", Chido Okafor, Warri, <http://www.guardiannewsngr.com/news/article25>, enviado por Oilwatch, e-mail: [info@oilwatch.org](mailto:info@oilwatch.org)

[início](#)

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### - Brasil: um panorama das monoculturas de eucaliptos

As monoculturas de eucaliptos avançam por vastas áreas do país, ocupando territórios de povos tradicionais, provocando deslocamentos, expulsando as pessoas do campo e contribuindo assim à formação dos cinturões de pobreza e o decorrente contexto de violência e criminalidade. E como se isso não bastasse, cobram seu pedágio de sangue.

No dia 26 de fevereiro de 2007, às 21 horas, no norte de Minas Gerais, um guarda armado da V&M FLORESTAL, empresa que vem plantando milhares de hectares de eucaliptos na área, assassinou covardemente o agricultor e extrativista Antonio Joaquim dos Santos, de 32 anos, casado, pai de quatro filhos. Joaquim e a filha Eudisleia voltavam para casa depois de coletar lenha com fins domésticos. Dois guardas armados da V&M, conhecidos como Claudinei e Joãozinho de Carmina, prenderam Antonio Joaquim, o amarraram, bateram nele e depois dispararam dois tiros na boca, na frente de sua filha. Cabe salientar que isso aconteceu em uma plantação de eucaliptos certificada pelo FSC, que supostamente garante um manejo que visa "manter ou melhorar o bem-estar social e econômico dos trabalhadores florestais e das comunidades locais no curto e no longo prazo". Conforme integrantes da comunidade, Antonio Joaquim estava coletando lenha na propriedade de seu irmão e foi tirado daí pelos guardas que o arrastaram para a área da V&M.

No ano passado, a comunidade de Canabrava fez uma denúncia internacional em que relatava o seu sofrimento e a falta de alternativas decorrentes do desmatamento do cerrado realizado pela empresa V&M que deixa a comunidade sem acesso à lenha e às frutas nativas, além de dessecar o rio Canabrava. A resposta da V&M foi aumentar o constrangimento sobre a comunidade que vive desde então apavorada com as ameaças dos guardas armados, que incluem a apreensão das carroças e ferramentas de trabalho dos agricultores, o uso da violência verbal e física contra os integrantes da comunidade e a pressão inclusive nas crianças que ao voltarem da escola, trazem pequenos feixes de lenha em suas bicicletas.

Várias organizações sociais (a Rede Alerta contra o Deserto Verde, o CAA- NM, a CPT, o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, o MST, ASA Minas Gerais) que denunciaram o assassinato, iniciaram ações junto às autoridades oficiais e de direitos humanos para a intervenção imediata e enérgica contra os abusos da empresa. Também encaminharam denúncias junto ao FSC Brasil e o FSC Internacional para a cassação imediata do Selo Verde outorgado à V&M. Coincidentemente, a empresa se adiantou aos acontecimentos e no dia 15 de março comunicou sua “decisão de desligar-se voluntariamente do FSC após 8 anos de estreito relacionamento”. O motivo alegado pela empresa é que discorda da forma em que foi realizada a auditoria por parte do órgão certificador (SGS).

Enquanto isso, as indústrias da celulose atacam por outros flancos. A Stora Enso vem adquirindo terras na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Apesar de mostrar cautela ao declarar “Estamos em processo continuado de aquisição de terras e a possibilidade de investir na fábrica Stora Enso ainda não está decidida”, o projeto inicial da empresa sueco- finlandesa prevê estabelecer plantações de eucaliptos em uma superfície de 100 mil hectares. Para atingir seu objetivo pressiona o INCRA, órgão encarregado de instruir o processo e fornecer a opinião técnica, a fim de obter um parecer favorável e procura que no Congresso Nacional seja modificada a Lei Federal 6634/79- que impede que as empresas estrangeiras tenham a posse de terras em áreas fronteiriças- visando reduzir de 150k a 50 k a distância da linha fronteira que seria considerada zona de fronteira.

Oficialmente, a empresa alega ter 45 mil hectares na região, mas dados oficiais da FEPAM de 2005 indicavam 60 mil hectares e outras fontes afirmam que seriam 150 mil. Independentemente da quantidade, o registro é impossível já que sua localização nunca foi explicitada à opinião pública.

Outros interesses celulósicos também avançam pelo Rio Grande do Sul. O grupo empresarial brasileiro ‘Votorantim Celulose e Papel’ apresentou uma proposta junto ao governo federal e estadual para construir uma nova fábrica de celulose, próxima da Lagoa Mirim. Tal empreendimento, que já foi aprovado pelo governo estadual, envolveria um investimento de cerca de US\$ 1,3 bilhões. Apesar de que a decisão sobre a construção da fábrica- cujo nome seria Três Lagoas e que produziria, ao ser concluída em 2010, cerca de 1 milhão de toneladas ao ano- será tomada nos próximos meses, o governo brasileiro manifestou seu beneplácito para tal instalação.

No Estado do Rio de Janeiro, foi decidida a revisão de uma lei ambiental que obstaculizava o investimento do setor celulósico na área. Agora, está em discussão um novo projeto de lei sobre as plantações comerciais de árvores- o que significaria dar luz verde para que 14 municípios do norte e nordeste do Estado se transformassem em áreas produtoras de eucaliptos para as indústrias do papel e celulose e madeireiras. Há muito tempo, grandes empresas desses setores tinham manifestado interesse em investir no Estado do Rio de Janeiro. Mas havia uma lei do então deputado estadual Carlos Minc, hoje secretário do Meio Ambiente, que exigia uma contrapartida que inviabilizava os projetos. De fato, conforme a lei 4.063/2003, para cada cem hectares de plantação comercial deviam ser reflorestados, em compensação, 30 hectares com árvores nativas. A proposta dos secretários municipais do Meio Ambiente (entre eles Minc) é encaminhar à Assembléia Legislativa um novo projeto de lei que reduza a contrapartida de 30 para 10 hectares nas áreas norte e nordeste do Estado.

As plantações de eucaliptos em grande escala para exportação, embora transformadas em legais, nunca serão morais. Não é moral destinar terras férteis para esse fim quando o povo tem fome, quando os povos indígenas-

primeiros e eternos proprietários dessas terras- estão nas beiradas dos caminhos sem ter se concretizado a demarcação de suas terras, quando as comunidades afro- brasileiras não têm seus territórios reconhecidos legalmente, quando o número dos sem-terra aumenta, quando não há unidades de conservação nem incentivos à produção que envolvam a proteção da natureza.

Um exemplo de um modelo alternativo bem- sucedido que fornece soluções às pessoas é o Assentamento Santa Maria do Ibicui, estabelecido em 6.600 hectares onde cada unidade familiar possui meio hectare. No ano passado, produziu 80.000 litros mensais de leite, além de plantações de milho, melancia e aipim nas pequenas roças. As 220 famílias assentadas abrangem um total de 900 a 1000 pessoas. Os adultos têm emprego e geram receita para o município

Existem alternativas, existem outros modelos possíveis. Cabe construir a vontade para transitar por eles. É o que faz o povo brasileiro que resiste e constrói.

Artigo elaborado com informações obtidas de: Comunicado da Rede Alerta contra o Deserto Verde de 27/02/2007, transmitindo a notícia do assassinato de Antonio Joaquim dos Santos, enviado por FASE, correio eletrônico: [geise.fase@terra.com.br](mailto:geise.fase@terra.com.br); "O tirano projeto da celulose no Rio Grande do Sul - reflexões a partir do Seminário em Manoel Viana", por Ana Paula Fagundes, correio eletrônico: [sorriam@hotmail.com](mailto:sorriam@hotmail.com), versão íntegra em [pág.web.wrm](http://pág.web.wrm); "Proyectan construir nueva planta de celulosa en Brasil", jornal La República, Uruguai, fevereiro de 2007; "Stora Enso prevê uma área de 100 mil hectares para plantar eucaliptos no RS", 2/3/2007; "Eucalipto no Norte do Rio de Janeiro", Clipping Service, e "Conjuntura do monocultivo de eucalipto no Rio Grande do Sul e a luta dos movimentos sociais", por J.H. Hoffmann e Lino De David, enviados por Joao Pedro Stedile, MST, correio eletrônico: [sgeral@mst.org.br](mailto:sgeral@mst.org.br)

[início](#)

---

### **- Camboja: o Povo Indígena Jarai entra na justiça para reclamar suas terras**

A perda de terras e de acesso aos recursos naturais está alimentando a crise econômica e de sustento entre as comunidades rurais cambojanas. "As pessoas vêm sendo despojadas de suas terras por aqueles que detêm o poder político e o dinheiro," escreveu Shalmali Guttal em um recente informe para a organização Focus on The Global South.\*

A perda de terras implica "fome, falta de dinheiro, saúde enfraquecida e miséria para as comunidades rurais", afirma Guttal. Quando as comunidades indígenas perdem suas terras, também são destruídos seu sustento, cultura e tradição. "A perda de territórios tradicionais/ locais das comunidades indígenas resulta em gravíssimas conseqüências, por exemplo doenças, miséria e inclusive a morte."

Em 2004, algumas empresas particulares se apropriaram de 2,7 milhões de hectares de terra através de contratos de concessão. Nessa cifra estão incluídas as "concessões econômicas de terras", usadas para plantações industriais, mineração e exploração de petróleo, pesca e turismo. Em muitos casos, as concessões foram outorgadas em territórios dos moradores locais. A resistência se deparou com subornos aos chefes de aldeia, freqüentemente seguidos com manifestações de violência por parte da polícia, exército ou guardas de segurança particulares armados.

Algumas das desapropriações mais evidentes aconteceram na Província de Ratanakiri no nordeste do Camboja. As aldeias dos Jarai de Kong Yu and Kong Thom no distrito de O'Yadao mostram uma panorâmica do que está acontecendo no país.

Nos últimos três anos, os Jarai têm visto como suas terras eram arrasadas com buldôzeres para abrir caminho a uma plantação de seringueira de 500 hectares. Uma placa na entrada da plantação na aldeia de Kong Yu diz, "Proibida a

entrada sem autorização”.

A proprietária da concessão é Keat Kolney, a irmã do Ministro das Finanças do Camboja, Keat Chhon. O marido de Keat Kolney é Chhan Saphan, o Secretário de Estado do Ministério da Administração Territorial. As autoridades locais forçaram o acordo através de ameaças, enganos e fraude. Alguns membros do Concelho Comunal admitiram publicamente que tinham aceito subornos para garantir que a transação de terras fosse aprovada.

No início de 2004, os funcionários municipais pediram aos moradores que vendessem suas terras mas eles se negaram. Os funcionários insistiram com o pretexto que o Primeiro Ministro Hun Sen necessitava as terras para os soldados com deficiências e que os moradores não tinham nenhum direito sobre as terras. Os moradores, que não tinham certeza sobre seus direitos e para não gerar problemas com o primeiro ministro nem com o exército aceitaram entregar 50 hectares de terra.

Em agosto de 2004, os funcionários organizaram uma festa para os moradores, fartando-os de carne de porco, cerveja e muito vinho de arroz. Quando a festa estava bem animada, os funcionários recolheram as impressões digitais dos moradores com tinta vermelha. Uma semana depois, junto com Keat Kolney, os funcionários distribuíram presentes aos moradores, inclusive pareôs e dinheiro e lhes pediram que colocassem suas impressões digitais em documentos que eles não conseguiam entender.

“Disseram para nós que se não concordássemos com a venda da terra ou não aceitássemos o dinheiro seríamos tirados daí sem qualquer compensação [nem sequer] nos dariam um grão de sal,” disse Sayo Tem, membro dos Jarai, ao Phnom Penh Post.

Nessa época, os buldôzeres começaram a clarear as terras e a floresta, e os moradores perceberam que tinham sido iludidos. A terra tinha sido transferida a Keat Kolney e não aos soldados deficientes, e tratava-se de 500 hectares, uma superfície dez vezes maior da que tinham antes avisado. Os moradores de Kong Yu apresentaram uma demanda junto à administração local.

Em fevereiro de 2006, 200 moradores se reuniram na repartição da comuna local para pedir informações sobre o desmatamento de suas terras e para expressar suas preocupações. Os funcionários os acusaram de causar agitação social e a polícia militar ameaçou com prender os moradores se houver outras manifestações.

No dia 23 de janeiro de 2007, as organizações Community Legal Education Center e Legal Aid do Camboja iniciaram uma ação legal em representação dos moradores para tentar reaver a posse de suas terras.

In Sam Ath, um representante de Keat Kolney, argumenta que as impressões digitais provam que a transação é legal. “As autoridades provinciais controlam nossa plantação como um exemplo para novos investimentos,” declarou ao Cambodia Daily.

De fato, a lei contratual do Camboja exige que os contratos sejam assinados livremente entre as partes devidamente informadas, sem fraude, engano nem coação. A Lei Territorial inclui a proteção dos territórios indígenas e inclusive o reconhecimento da propriedade coletiva. A administração das terras, incluindo a transferência de direitos deve estar livre de qualquer interferência oficial. A aceitação de subornos, fato admitido por vários funcionários, também é ilegal.

“Ratanakiri está atualmente em crise,” disse Ngy San, o vice-diretor do Fórum de ONGs. “A desapropriação de terras está fora de controle e está devastando a vida dos povos indígenas. Kong Yu representa um dos piores casos. Os interesses dos ricos e poderosos se opõem às necessidades dos pobres. A forma em que a justiça lidar com este caso será uma prova de fogo para os conflitos territoriais em todo o país.”

A CLEC está solicitando cartas em apoio aos moradores de Kong Yu e Kong Thom para serem encaminhadas ao

Primeiro Ministro Hun Sen e aos Embaixadores no Camboja. Os exemplos de cartas estão disponíveis em: [http://www.wrm.org.uy/paises/Camboya/Cartas\\_Port.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Camboya/Cartas_Port.html)

\* Shalmali Guttal (2006) "Land and Natural Resource Alienation in Cambodia", Focus on the Global South. <http://www.focusweb.org/land-and-natural-resource-alienation-in-cambodia-17.html>

Por Chris Lang, e-mail: [chrislang@t-online.de](mailto:chrislang@t-online.de) [www.chrislang.blogspot.com](http://www.chrislang.blogspot.com)

[início](#)

---

### - Camarões: a dura realidade das plantações de dendezeiros

Em dezembro passado, quatro pessoas (um camaronês, um casal suíço e um uruguaio) percorríamos o caminho público que atravessa as plantações de dendezeiros da Socapalm (Société Camerounaise des Palmeraies) na região de Kribi. Ao chegarmos à barreira de controle instalada pela empresa –que já tínhamos atravessado mais cedo nesse mesmo dia- fomos detidos por um guarda de segurança particular, que nos exigiu nossos documentos de identidade. Ao perguntar-lhe a razão dessa demanda, informou-nos que isso tinha sido exigido por "agentes secretos" da Socapalm que estavam em conhecimento de nossa visita. Também acrescentou que lhe disseram para levá-nos ao escritório de informação da empresa. Logicamente que nem lhe entregamos nossos documentos nem aceitamos que nos levasse ao escritório de informação, porque a empresa não tem o direito legal de exigí-lo. No entanto, a anedota serve para ilustrar o poder da empresa e o controle de tipo policial que exerce sobre os povoadores da área.

Apesar do nome, a Socapalm não é uma "sociedade camaronesa", mas pertence ao poderoso grupo francês Bolloré, que também é proprietário de outra grande plantação de dendezeiros na região de Kribi (Ferme Suisse), que no conjunto totalizam 31.000 hectares.

No boletim do mês passado publicamos um artigo sobre os graves impactos sociais e ambientais de uma plantação de caucho na mesma região de Kribi (pertencente à empresa Hevecam). O interessante é que o presente artigo e quase igual ao anterior, com a única diferença que o nome das empresas não é o mesmo.

Efetivamente, os indígenas Bagyeli ("pigmeus") que moram nas proximidades das plantações de dendezeiros disseram quase o mesmo que os Bagyeli afetados pelas plantações de caucho. A Socapalm os despejou de suas moradias, prometendo-lhes casas modernas. Os dendezeiros foram plantados, cresceram, frutificaram, foram colhidos, mas a empresa não construiu nem sequer uma casa.

Agora estes Bagyeli estão cercados de plantações às que não podem entrar. Se o fizerem, os guardas os pegam e os expulsam a chicotadas. Estão forçados a viver em uma área inundável onde abundam os mosquitos e as doenças associadas.

Quanto aos meios de vida, apenas podem sobreviver. De um lado, a empresa não lhes dá trabalho e as poucas vezes que o faz lhes paga bem menos que a outros trabalhadores. O único que resta para caçar dentro da plantação são ratas. Somente se caça alguma coisa nas margens da plantação e mais longe, na montanha.

Tudo isso é consequência da destruição da floresta tropical, levada a cabo pela empresa para transformá-la em plantações de dendezeiros. Antes os Bagyeli (espertos caçadores e coletores) achavam na floresta o que precisavam para viver (carne, fruta, etc.). Agora nem sequer têm água limpa, já que a mesma está poluída por adubos químicos e por sedimentos decorrentes da erosão. Em matéria de saúde, os problemas vinculados à má alimentação, a água poluída e o sítio malsão onde vivem se agravam por já não ter as plantas utilizadas em sua medicina tradicional. O hospital é propriedade da Socapalm, e como não estão na folha de pagamentos da empresa, devem pagar em caso

de serem hospitalizados.

A respeito dos trabalhadores da empresa a situação também não resultou diferente à das plantações da Hevecam. Também aqui habitam amontoados em moradias propriedade da empresa, também trabalham sob subempreiteiras, também têm problemas nos olhos pela inexistência de proteção contra o pó que cai do cacho de frutos, também aplicam agrotóxicos sem o necessário equipamento de proteção, também têm problemas com a água potável e o saneamento.

Em matéria sindical, trabalhadores da empresa nos disseram que não há sindicato independente e é muito difícil que possa haver. Em 1992 houve uma greve reivindicando melhores condições de trabalho e aumento do "salário miserável" que recebiam. O resultado foi que os dirigentes da greve foram presos e despedidos.

Neste momento no que se promovem as plantações de dendezeiros para fornecer de combustível os países do norte, é preciso que os consumidores desses países saibam que esse não é de nenhum jeito um combustível "verde" mas que sua verdadeira cor resulta da combinação de exploração social, violação de direitos humanos e destruição ambiental.

Por: Ricardo Carrere, com base em informação compilada durante a visita realizada na região em dezembro de 2006 com os pesquisadores Sandra Veuthey e Julien-Francois Gerber. O autor agradece o apoio recebido do Centre pour l'Environnement et le Développement (CED), que fez possível a visita.

início

---

### **- Colômbia: empresa de celulose irlandês-holandesa acusada de sérios crimes sociais e ambientais**

O Tribunal Permanente dos Povos – Capítulo Colômbia se reuniu em 26 e 27 de fevereiro de 2007 no Baixo Atrato para julgar as empresas transnacionais pelo assunto da biodiversidade e a exploração dos recursos naturais na Colômbia. As comunidades e as organizações sociais participantes –entre elas as ambientais- acusaram a Smurfit Kapa – Cartón de Colombia "por violação de direitos humanos, ambientais, sociais e culturais. Especificamente por: destruição de florestas tropicais úmidas, florestas andinas e outros ecossistemas e por destruir o tecido social, meios de produção tradicional e cultural das comunidades; suprimir e poluir fonte hídrica; influir a formulação de políticas governamentais no país e pressionar funcionários do Estado em prol dos interesses da multinacional; ocultar informação relacionada com a empresa e manusear os meios de comunicação tanto na escala regional quanto na nacional; usar falsos postulados, informação e publicidade enganosa para justificar suas atividades e mascarar os impactos gerados; acusar e criminalizar com argumentos falsos os que denunciam seus atos incorretos".

Em cinquenta anos de presença no território colombiano a empresa tem destruído grande parte da área de floresta úmida tropical do Baixo Calima no departamento do Valle del Cauca (Chocó biogeográfico) e Floresta Andina, restolhos altos e outros ecossistemas nos departamentos do eixo cafeeiro. Tem desenvolvido plantações no território das comunidades indígenas que vivem nos departamentos do Cauca e de Caldas; também possui sementeiras em terras onde se desenvolviam atividades agrícolas e pecuárias que dinamizavam as economias agrárias das populações nos departamentos do Cauca, Valle del Cauca, Risaralda, Quindío, Tolima e Antioquia.

Como prova das acusações à Smurfit Kapa - Cartón de Colombia, os denunciantes entregaram um livro escrito por Joe Broderick (El Imperio de Cartón – Impacto de una multinacional papelera en Colombia) onde se apresenta a pesquisa financiada pelo Projeto Biopacífico Ministério do Ambiente PNUD – GEF/92/G31. O autor salienta que em 1993, quando viveu em Dublin, soube que 70% dos lucros da "Smurfit" são obtidos na Venezuela, no México e na Colômbia.

Recolhem-se amplamente os prejuízos ocasionados pelo corte rente nas áreas transicionais entre floresta tropical

muito úmida e a floresta tropical pluvial na região Pacífica de colinas baixas no sul do rio San Juan e o rio Calina no Chocó biogeográfico, ressaltando o prejuízo às comunidades afro-descendentes e às comunidades indígenas das etnias Embera e Waunamas.

Nas áreas de exploração florestal, as comunidades afro-descendentes e indígenas sofreram mudanças culturais pela presença de empresas madeireiras associadas com a Cartón de Colombia, Foi-lhes imposto um projeto de vida homogeneizador e hegemônico que gerou perda de saberes e valores, criou insegurança e causou perdas territoriais para as comunidades tradicionais assentadas na região. A comunidade Waunama testemunhou o desaparecimento (com o corte rente) de muitas árvores cuja madeira tem sido de importância tradicional para a fabricação de canoas, baús e outros utensílios, bem como de outras espécies vegetais apreciadas por seu valor alimentar, medicinal ou ritual. Com a atividade madeireira extrativa e a destruição de habitats perdeu-se grande número de animais de monte, tais como *tatabra*, pavoas, *guatines*, *guaguas*, *paletones* e papagaios; além de muitos peixes que já não se encontram nos rios.

Em 1978, a Smurfit Kapa - Cartón de Colombia comprou terras aos terratenentes e plantou pinus em prédios localizados em municípios de Buenos Aires (Cauca), que desde a década de 60 estavam em processo de reclamação pelas comunidades Paeces por ser território ancestral. Os indígenas realizaram ações de recuperação de seu território ocupando essas terras e outros prédios; as comunidades queriam evitar a compra de mais prédios e deter o avanço da Smurfit no Cauca, por ser desrespeitosa com a natureza e a flora local. Como exemplo tinham o acontecido em La Balsa (Cauca) onde se semeou um prédio de mil hectares com eucaliptos e foi precedida pela destruição das florestas nativas; os indígenas foram despejados pelo Exército Nacional, houve demandas criminais e prisão de alguns líderes. Também houve casos de assassinatos de líderes indígenas: em 1985 o indígena Luciano Labio e sua mulher foram assassinados.

Em 1989 os Paeces e a empresa Smurfit Cartón de Colombia assinaram o chamado acordo de Jamundí, pelo que se comprometiam a manter o *status quo* até não chegar a um acordo definitivo de estabelecer um resguardo indígena para a comunidade Paez de La Paila. A comunidade indígena continuou a semeadura de produtos alimentares nos prédios em disputa e a empresa utilizou seu imenso poderio e sua reconhecida influência perante as autoridades regionais e nacionais para despejá-los. Nesse contexto os Paeces denunciam a "manguala" [convivência] que existe entre a Smurfit e alguns funcionários departamentais e municipais do Cauca, ao atuar nos despejos das fincas reavidas, sem os procedimentos legais pertinentes.

A Smurfit Cartón de Colombia aparentemente suspendeu atividades na região de La Paila em 1990; mas em 1991 cria a empresa "Agroforestal el Naya S.A.", com a que evitava o perigo de que seus pinus fossem cair em mãos dos indígenas (por expropriação ou apropriação) e além disso garantia sua continuidade na área e o direito de continuar a exploração madeireira sem as despesas e responsabilidades que supõe a propriedade da terra e os itens trabalhistas para a extração de madeira. Agora, a Smurfit aparentemente fica por fora mas recebe a madeira, e todo corre por conta dos sócios da Agroforestal.

Os assassinatos de líderes indígenas continuaram: em 1992 Miguel Labio Quiguanas foi detido por soldados do Exército Nacional enquanto viajava de ônibus com outros indígenas; seu cadáver foi achado mais tarde com uniforme.

A penetração das plantações de coníferas no ocidente do departamento de Cauca pela Smurfit-Cartón de Colombia, tem corrido de maneira paralela com a negação sistemática de direitos coletivos ligados à apropriação legal de territórios e tem potenciado –ao empurrar as massas de camponeses, indígenas e afro-descendentes para a afastada região do Naya a cultivar coca- a ocorrência de eventos tão dolorosos para a história do país e do mundo, como a horrenda massacre do Naya, perpetrada pelos paramilitares em abril de 2001 que deixou um saldo de aproximadamente 100 mortos conforme a comunidade ou 70 mortos conforme a Promotoria Geral da Nação.

No começo da década de 90, a empresa Cartón de Colombia arremeteu com uma agressiva estratégia de compra de terras para instalar plantações de pinus nas áreas altas onde nascem as fontes de água e se localizam os vestígios da floresta primária alto-andina. As comunidades de Alsacia, Agua Blanca e La Esperanza e o resguardo indígena de La Paula, que empreenderam com maior força a recuperação de terras e as demandas de titulação, foram habilmente enganadas pela Cartón de Colombia e divididas. Perante essa situação, muitas famílias provindas dessa área tomaram a decisão de ocupar terras na região do Naya, localizada na vertente do Pacífico, onde inicialmente estabeleceram sistemas de produção agrícola. Mas perante a excessiva distância e o absoluto abandono estatal foram obrigadas a optar pela sementeira de cultivos de uso ilícito.

Em abril de 2001 aconteceu uma das massacres mais violentas da história colombiana por grupos paramilitares na que esquartejaram, serraram, lançaram nos precipícios e assassinaram de maneira generalizada por onde iam passando um número ainda indeterminado de indígenas, camponeses e afro-descendentes.

Hoje, a sementeira de pinus continua avançando, dominando a paisagem e arrasando a floresta primária. As comunidades do alto Naya não tem tido a titulação do território e a localidade de Timba sofre uma escassez notória de água. As comunidades do Alto Naya consideram que dentro dos grandes projetos que ameaçam a integridade do território e a vida das comunidades está o avanço demolidor da Cartón de Colombia, com sua máscara Agroforestal Naya S.A., agora com presença paramilitar na região.

Resumo baseado em artigo redigido por Herney Patiño, Grupos Ecológicos del Risaralda, e-mail [herpa@uniweb.net.co](mailto:herpa@uniweb.net.co). O artigo completo está disponível em [http://www.wrm.org.uy/paises/Colombia/Smurfit\\_Kappa.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Colombia/Smurfit_Kappa.html)

[início](#)

---

### - Swazilândia: queda da credibilidade do FSC por certificação da Sappi

As plantações da Sappi na Swazilândia são o exemplo perfeito do que há de errado com as plantações industriais. A experiência de mais de cinquenta anos com plantações não contribuiu em nada para o desenvolvimento da população do país. Houve destruição de pradarias com grande variedade de espécies e deslocamento de pessoas para abrir caminho às plantações que foram estabelecidas como um projeto de "ajuda" britânico na década de 1950. As plantações são monoculturas de pinheiros- uma árvore exótica para a Swazilândia. A cada ano, a Sappi corta um total de 3.000 hectares de suas plantações deixando importantes marcas na paisagem. Quando as clareiras são replantadas, as árvores absorvem a água, secando córregos e reduzindo o caudal dos rios. As plantações e os viveiros da Sappi apenas podem ser manejados através do uso de praguicidas químicos.

Em julho de 2006, as plantações da Sappi no país receberam o selo "verde" do FSC depois de uma avaliação realizada pela Soil Association Woodmark. Fundada em 1946, a maior parte do trabalho da Soil Association tem sido "promover a agricultura orgânica como uma alternativa sustentável aos métodos de lavoura intensivos." No entanto, com a certificação das plantações da Sappi na Swazilândia, a Woodmark está promovendo monoculturas intensivas e não orgânicas, exatamente o que a Soil Association visa rejeitar.

Durante a avaliação das plantações da Sappi em maio de 2006, a Woodmark constatou que os procedimentos de replantação da Sappi descumpriam a regulação nacional que exige uma faixa de 30 metros de largura de afastamento ao longo dos córregos. Em um lugar, as árvores tinham sido plantadas perto demais do córrego. Em outro, um córrego tinha sido canalizado atravessando um caminho em vez de passar por baixo. "Devido à plantação de pinheiros desde 1989... o fluxo natural da água nos córregos foi gravemente reduzido,"- disse à Woodmark um agricultor das vizinhanças de uma das plantações da Sappi.

"Incêndios devastadores" prejudicaram as plantações da Sappi durante os últimos sete anos.

Os fiscais da Woodmark visitaram uma área de corte, onde mais de 40 hectares estavam sendo desmatados. Constataram que não havia fornecimento de primeiros socorros, nem uma área para equipamentos e víveres, nem água potável para os trabalhadores nem equipamento para controlar incêndios. Não havia registros de treinamento dos trabalhadores nem qualquer treinamento previsto para 2006. Para um grupo de 120 trabalhadores, o empreiteiro apenas tinha dois socorristas. E ambos tinham seus certificados caducados.

Havia um vazamento de combustível de uma área de armazenagem pertencente a um dos empreiteiros. A construção de um reservatório separador de combustível descumpria as exigências da Sappi. Um operário do depósito de produtos químicos não tinha treinamento em questões de segurança e saúde e lidava com os produtos químicos tóxicos. Nenhum empreiteiro tinha por escrito os procedimentos de segurança trabalhista que abrangem riscos e perigos associados com cada atividade.

Para resolver o descumprimento desses padrões do FSC, a Woodmark emitiu uma série de pedidos de ações corretivas que a Sappi devia satisfazer antes da próxima visita da Woodmark em julho de 2007.

Mas a parte mais chocante do relatório da Woodmark na avaliação da é a evidência que a Sappi usa praguicidas proibidos nas plantações certificadas pelo FSC.

Em novembro de 2005, durante uma pré-avaliação das atividades da Sappi na Swazilândia, a Woodmark constatou que a Sappi estava usando dois praguicidas que foram proibidos pela Política de Praguicidas de 2002 do FSC. A Woodmark emitiu um pedido de ação corretiva e a Sappi garante que “não são usados os praguicidas com os ingredientes ativos benomyl e imazapyr”. A Sappi deixou de usar o imazapyr mas continuou usando o benomyl.

O benomyl é um fungicida que apresenta diferente grau de toxicidade para microorganismos e invertebrados. A Sappi reconhece que é “muito tóxico para peixes e minhocas”. A companhia usa o benomyl contra o fungo *Fusarium circinatum* que provoca cancro resinoso nos pinheiros. Em dezembro de 2002, o FSC emitiu uma nova Política sobre Praguicidas. Tanto na Política sobre Praguicidas de 2002 quanto na de 2005, o benomyl está na lista dos praguicidas “altamente perigosos”.

A Política sobre Praguicidas de 2005 do FSC afirma que “O uso de qualquer praguicida que contiver um ingrediente ativo incluído na atual lista do FSC dos praguicidas ‘altamente perigosos’ constituirá um importante descumprimento” das normas do FSC “e portanto, será proibido a menos que uma exceção temporária [ou parcial prescindência das normas] para seu uso no local em questão tiver sido aprovada pela Diretoria do FSC.”

A Woodmark decidiu não apenas forçar as normas como também desconsiderá-las. Em vez de esperar que o FSC aprovasse o uso do benomyl na Swazilândia, a Woodmark emitiu o certificado à Sappi argumentando que “O pedido de exceção para o uso do benomyl tem sido apresentado”. Até março de 2007, o FSC ainda não tinha aprovado o pedido de exceção para o uso do benomyl, mas o certificado das plantações da Sappi na Swazilândia continuava em pé.

A Woodmark tem certificado as monoculturas da Sappi de forma parcial com base na expectativa de futuras melhorias bem como na expectativa de um futuro enfraquecimento da Política sobre Praguicidas do FSC. Ao emitir o certificado e permitir que seja mantido, a Woodmark está minando a credibilidade tanto do FSC quanto da Soil Association.

Por Chris Lang, email: [chrislang@t-online.de](mailto:chrislang@t-online.de), [www.chrislang.blogspot.com](http://www.chrislang.blogspot.com)

[início](#)

## - Etanol celulósico: a emenda é pior do que o soneto

O etanol é um biocombustível, geralmente obtido a partir de milho ou cana-de-açúcar, que vem sendo promovido com muito entusiasmo como um combustível alternativo que pode ser misturado com gasolina comum ou queimado diretamente em motores "flex fuel" (movidos a dois combustíveis).

Hoje, na atual corrida por agrocombustíveis, a idéia de usar árvores para produzir etanol apresenta-se como a melhor solução. Conforme seus proponentes, o "etanol celulósico" tem o potencial de ser muito mais eficiente em termos energéticos do que o etanol produzido a partir de outras culturas- milho ou cana-de-açúcar, por exemplo. O balanço energético (a proporção entre a energia produzida por uma determinada quantidade de etanol e a energia necessária para produzi-lo) para o etanol obtido do milho está estimado em 1,3 conforme o departamento de energia dos EUA; ou seja que o etanol produz 30% mais energia que a necessária para produzi-lo. Para o etanol a partir de cana-de-açúcar no Brasil, o balanço energético é 8,3, conforme a Agência Internacional de Energia. Mas para o etanol a partir de árvores, os quais contêm muita celulose, o balanço energético deve subir para 16, pelo menos na teoria. Na prática, a produção do etanol celulósico é bem mais difícil e mais caro do que a produção a partir de outras culturas. No entanto, os pesquisadores das empresas estão avançando às pressas no desenvolvimento de meios para lascar, fermentar, destilar e refinar madeira de uma forma rápida e barata.

O interesse pelo etanol celulósico está crescendo devido à evidência dos inconvenientes de produzir etanol a partir de milho e cana-de-açúcar. Ambos são importantes cultivos alimentares, e como a produção de etanol aumenta no mundo inteiro, a grande demanda está incrementando os preços de tudo desde ração animal até refrigerantes e bolachas. O preço do milho aumentou em 70% entre setembro de 2006 e janeiro de 2007 sendo a maior subida em uma década. O presidente do México, Felipe Calderón, inclusive ordenou pôr um freio no preço das tortillas de milho em janeiro já que o rápido crescimento da indústria do etanol dos EUA provocou uma disparada dos preços.

É aqui que entram as árvores. Os impulsores do etanol celulósico argumentam que as árvores crescem todo o ano e contêm bem mais carboidratos (os precursores químicos do etanol) do que os cultivos alimentares. O etanol é o resultado da fermentação dos açúcares, esse é o motivo pelo qual pode ser obtido de forma simples e eficiente a partir da cana-de-açúcar. A produção de etanol a partir de milho é um pouco mais complicada: o grão é moído e misturado com água, depois adicionam-se enzimas para quebrar os carboidratos do milho em açúcares, que finalmente são fermentados. Mas ainda mais complicada é a produção de etanol a partir de matéria prima celulósica, já que envolve a quebra de duras e sinuosas cadeias de celulose e hemicelulose das paredes das células vegetais para liberar os açúcares. Isso pode ser feito usando um coquetel de cinco ou seis enzimas. Embora tais enzimas existam, são muito caras.

Contudo, os defensores do etanol celulósico perceberam que é possível gerar importantes lucros e estão tentando encontrar soluções. Primeiramente, estão procurando enzimas mais baratas e mais eficientes. Duas grandes produtoras de enzimas industriais- a Genencor, dos EUA, e a Novozymes, da Dinamarca- estão trabalhando para reduzir os custos das enzimas celulase, que podem digerir a celulose, a menos de \$0,10 por galão de etanol. Por sua vez, a Diversa está desenvolvendo enzimas capazes de digerir hemicelulose. Um enfoque é "ajustar a estrutura" das enzimas já existentes (ou seja, a manipulação genética de enzimas) para tentar conseguir maior eficiência. Outro enfoque é a "bio-prospecção" (ou seja, a bio-pirataria), que implica buscar enzimas naturais em locais insólitos, por exemplo no estômago do cupim.

Para que o negócio seja ainda mais lucrativo, e piorar as coisas, uma segunda- e provavelmente complementar "solução" é criar novas árvores. Uma equipe liderada por Vincent Chiang, biólogo da Universidade Estadual da Carolina do Norte, está pesquisando a produção de etanol a partir de árvores transgênicas, com financiamento do Departamento da Agricultura dos EUA.

Eles tentarão conseguir árvores de rápido crescimento com menos lignina e mais celulose para que cresçam mais rápido e também produzam mais etanol. Nos EUA, já estão sendo testadas algumas árvores transgênicas com estas características. O dr. Chiang e sua equipe estão pesquisando a forma de alterar os genes que determinam a estrutura da hemicelulose que contém açúcares a fim de os processos de quebra e fermentação serem mais eficientes.

O que esses pesquisadores de alta tecnologia nem sequer consideram- como sempre- são os custos sociais e ambientais que acarretará a expansão de plantações para combustíveis, em longa escala e ainda de árvores geneticamente modificadas, a saber: a substituição de culturas alimentares por culturas para combustíveis- em um mundo com milhões de pessoas desnutridas-; o deslocamento e o empobrecimento de comunidades locais- e a decorrente repressão-; os impactos sobre a água, os ecossistemas e o solo. Com certeza, tais impactos serão maiores para as comunidades do Sul, onde a maioria dessas plantações serão estabelecidas. Ao mesmo tempo, também são ignoradas as sérias ameaças ambientais decorrentes da manipulação genética de árvores (vide Boletim Nº88 do WRM) e de enzimas.

Ainda resta uma simples pergunta que os defensores do etanol celulósico e outros agrocombustíveis devem responder: é possível que uma solução para um problema (mudança climática) seja considerada uma solução se gera sérios problemas a outros problemas igualmente importantes? As culturas em grande escala de agrocombustíveis e as plantações de árvores para etanol resultarão em perda de biodiversidade, esgotamento da água, degradação do solo, empobrecimento, desnutrição, abusos dos direitos humanos- por citar apenas as conseqüências mais óbvias. Nós temos a resposta: trata-se de uma solução inaceitável à qual devemos nos opor.

Fonte de informação: "Energy: Could new techniques for producing ethanol make old-fashioned trees the biofuel of the future?", Derek Bacon, março de 2007, The Economist Newspaper, enviado por STOP Genetically Engineered Trees Campaign, e-mail: [info@stopgetrees.org](mailto:info@stopgetrees.org), <http://www.stopgetrees.org>

[início](#)

---

### **- Brasil: agrocombustíveis representam novo ciclo de expansão e devastação nas regiões do cerrado e da Amazônia**

A atual matriz energética está formada basicamente por petróleo (35%), carvão (23%) e gás natural (21%). Os países da OECD- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico- que são responsáveis por 56% do consumo energético global necessitam urgentemente um combustível líquido que substitua o petróleo. Neste ano, os índices de extração de petróleo no mundo inteiro devem atingir seu nível máximo, e é provável que nos próximos cinquenta anos o fornecimento global diminua de forma considerável.

O governo Bush comprometeu-se a promover um desenvolvimento significativo dos biocombustíveis a fim de reduzir sua dependência do petróleo estrangeiro (os EUA importam 61% do petróleo cru que consomem). Mesmo que existam variadas possibilidades para a obtenção de biocombustíveis, o etanol derivado do milho e da soja constitui atualmente 99% de todo o biocombustível usado nos EUA.

A energia contida nos grãos ou plantas é na realidade uma metamorfose agro-química da energia solar que, através do óleo vegetal ou do álcool é transformada em combustível- biodiesel e etanol. As melhores condições para esse processo ocorrem nos países do Sul, onde é maior a incidência da energia solar.

A produção de combustíveis a partir de girassol, milho, soja, amêndoa, dendê ou cana-de-açúcar aparece como uma boa intenção- substituir o petróleo, um combustível poluidor e não renovável, por combustíveis renováveis- que será amplamente publicitada porque será apresentada como um gesto de boa vontade para desacelerar o aquecimento global.

No entanto, a suposta "solução" visa a deixar intocado o atual modelo de esbanjamento de energia e de transporte individual que deve ser substituído por um modelo baseado no transporte coletivo. A crise energética forneceu uma oportunidade para formar poderosas parcerias mundiais entre as empresas petroleiras, automotoras, de grãos e de engenharia genética. Essas novas alianças estão decidindo o futuro das paisagens agrícolas do mundo. O auge dos biocombustíveis consolidará o controle dessas alianças sobre nossos sistemas alimentar e energético e permitirá que elas determinem o tipo, a forma e a quantidade de plantações; acarretando assim mais pobreza rural, destruição ambiental e fome. Os beneficiários finais da revolução dos biocombustíveis serão as gigantes que comercializam grãos entre elas a Cargill, ADM e Bunge; as petroleiras como BP, Shell, Chevron, Neste Oil, Repsol e Total; as fabricantes de automóveis como a General Motors, Volkswagen AG, FMC- Ford France, PSA Peugeot- Citroen e Renault; e as gigantes voltadas para a biotecnologia como a Monsanto, DuPont e Syngenta.

Em uma iniciativa promovida pelo governador do Estado da Flórida, Jeb Bush, o ex - ministro da Agricultura do Brasil, Roberto Rodrigues, e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Luis Moreno, foi lançada em Miami a Comissão Interamericana do Etanol. Por outro lado, a viagem pela América Latina que Bush realizou neste mês de março visitando o Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México, visava que os governos da região dessem impulso à produção em grande escala de biocombustíveis- álcool de cana-de-açúcar e etanol de milho- para serem exportados ao mercado americano. O objetivo é que sejam os países do sul os encarregados de concentrar sua agricultura na produção de combustível para abastecer o setor automotor do primeiro mundo que, dessa forma, não terá de depender do petróleo que importa de países que são "problemáticos" para ele (tais como a Venezuela, Irã, Irak, Nigéria, Arábia Saudita e Angola).

Isso tudo reforçará a relação comercial entre o Brasil e os EUA que já são o maior importador do etanol brasileiro, com 58% de todo o etanol produzido em 2006. Longe de serem boas notícias para o Brasil, se os padrões de energia renovável para o etanol propostos pelo governo Bush devem ser satisfeitos com a cana-de-açúcar brasileira, o Brasil necessitará incrementar sua produção anual em 135 bilhões de litros adicionais.

Devido ao novo contexto energético global, os políticos brasileiros e os industriais estão formulando uma nova visão para o futuro econômico do país, focalizada na produção de fontes de energia para substituir 10% da gasolina usada no mundo nos próximos 20 anos. Isso exigirá quintuplicar a área de terras destinadas à produção de açúcar, de 6 a 30 milhões de hectares.

E não apenas de cana-de-açúcar como também de soja e de outras potenciais culturas energéticas. Em decorrência disso, é provável que só o Brasil clareie 60 milhões de hectares de terra mais no futuro próximo. As novas culturas levarão a um desmatamento em novas áreas que será comparável ao desmatamento enfrentado pela região pernambucana, onde resta apenas 2,5% da cobertura florestal original.

Os biocombustíveis estão iniciando um novo ciclo de expansão e devastação na região do cerrado, onde a área plantada está se espalhando rapidamente e onde a cobertura vegetal deverá desaparecer até 2030. A Amazônia também está ameaçada. O engenheiro químico brasileiro, Expedito Parente, proprietário da primeira patente registrada no mundo para produzir biodiesel em nível industrial, declarou: "Temos 80 milhões de hectares na Amazônia que serão transformados na Arábia Saudita do biodiesel".

Atualmente, 85% do total da soja produzida no Brasil provém de cinco Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul, embora ultimamente tenham sido registrados impressionantes avanços no norte do país (Rondônia, Pará e Roraima). O total de terras usadas para plantar soja tem sido multiplicado por 57 vezes desde 1961, e o volume de produção é 138 vezes maior. Cinquenta e cinco por cento da plantação de soja, ou seja 11,4 milhões de hectares, é geneticamente modificado. Nesse sentido também aponta o plano de desenvolvimento "Avança Brasil", que visa estender a fronteira agrícola embrenhando-se na área florestal para fomentar a cultura da soja, e que receberá do Governo cerca de 40 bilhões de dólares para esse propósito. O presidente Lula declarou que

a soja transgênica será usada para os agrocombustíveis e a “soja boa” para o consumo humano.

As plantações de soja já provocaram o desmatamento de 21 milhões de hectares de florestas no Brasil. A produção de monoculturas de soja na bacia amazônica deixou o solo infértil. Os solos pobres necessitam mais aplicação de fertilizantes industriais para atingir níveis competitivos de produtividade. Cem mil hectares de esgotadas terras que eram dedicadas a plantios de soja têm sido abandonadas para a criação de gado, o que leva à maior degradação. Além disso, a expansão da soja leva a uma concentração extrema de terras e rendas. No Brasil, a cultura de soja substitui onze trabalhadores agrícolas por cada novo trabalhador que emprega. Não se trata de um fenômeno novo. Na década de 1970, foram deslocadas 2,5 milhões de pessoas devido à produção de soja no Paraná; e 300 mil, no Rio Grande do Sul. Muitos desses sem-terra se trasladaram para a Amazônia e clarearam florestas prístinas.

O avanço da “fronteira agrícola” para biocombustíveis atenta contra a soberania alimentar dos países em desenvolvimento já que as terras para a produção alimentar estão sendo destinadas cada vez mais a alimentar os carros dos cidadãos do Norte. A produção de biocombustíveis também afeta diretamente os consumidores devido ao aumento no preço dos alimentos. A quantidade de cereal necessário para encher um tanque de uns 100 litros de etanol uma única vez é suficiente para alimentar uma pessoa durante um ano.

Apenas alianças estratégicas e a ação coordenada de movimentos sociais (organizações de agricultores, movimentos ambientais e de trabalhadores agrícolas, ONGs, grupos de pressão de consumidores, membros do setor acadêmico comprometidos, etc.) podem pressionar os governos e as multinacionais para deter essas tendências. É necessária uma ação conjunta para garantir que todos os países mantenham seu direito à soberania alimentar através de sistemas locais de produção de alimentos, reforma agrária, acesso à água, sementes e outros recursos, lavoura doméstica e políticas alimentares que respondam às necessidades reais de agricultores e consumidores. E isso tudo com base na agroecologia.

Artigo baseado em: “O Mito dos Biocombustíveis”, Edivan Pinto e Marluce Melo, Comissão Pastoral da Terra-Regional Nordeste – CPT NE, e Maria Luisa Mendonça, Red Social de Justicia y Derechos Humanos, 23 de fevereiro de 2007; “The ecological and social tragedy of crop-based biofuel production in the Americas”, Miguel A Altieri, Elizabeth Bravo, versão na íntegra (em inglês) em [http://www.wrm.org.uy/subjects/biofuels/crop\\_based\\_biofuel.html](http://www.wrm.org.uy/subjects/biofuels/crop_based_biofuel.html); “Estados Unidos y Brasil: La nueva alianza etanol”, Raúl Zibechi, [http://www.wrm.org.uy/temas/Biocombustibles/Alianza\\_Etanol.html](http://www.wrm.org.uy/temas/Biocombustibles/Alianza_Etanol.html); El mito de los biocombustibles, Edivan Pinto, Marluce Melo e Maria Luisa Mendonça, Agência Latino- americana de Informação – ALAI, março de 2007, enviado por Biodiversidad na América Latina <http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/30737>; “Bodiesel... o biotrampa?” 2006, <http://www.iccc.es/2006/08/07/bodiesel-o-biotrampa/#pp0>.

[início](#)

---

## SUMIDOUROS DE CARBONO

### - O indecente do comércio do carbono

Se a intenção for deter a mudança climática, o comércio do carbono não é a solução.

Em 1992, uma infame nota vazada à imprensa, de Lawrence Summers, o economista chefe do Banco Mundial da época apontava que “a lógica econômica de despejar resíduos tóxicos nos países de salários mais baixos é impecável e deveríamos enfrentá-la”.

A recentemente emitida Revisão Stern sobre mudança climática escrita por um homem que exerceu o mesmo cargo no Banco Mundial de 2000 até 2003, aplica-se a um tipo similar de ambientalismo de livre mercado com a mudança climática.

Sir Nicholas Stern alega que a relação custo-benefício de fazer reduções nas emissões é o fator mais importante, defendendo mecanismos como por exemplo de demarcação de preços do carbono e comércio de carbono.

Enquanto despejar resíduos tóxicos no Sul global poderia parecer uma grande idéia da perspectiva do mercado, ignora o notoriamente obvio fato de ser muito injusto com os que recebem os resíduos.

De forma similar, a análise custo-benefício de Stern reduz importantes debates sobre o complexo assunto da mudança climática para uma discussão sobre números e gráficos que ignora variáveis não quantificáveis como por exemplo, perda de vidas humanas, extinção de espécies e grande convulsão social.

### Economia lixo

A análise custo-benefício pode ser uma ferramenta útil para fazer escolhas em situações relativamente simples quando há um número limitado de opções simples para escolher.

Mas como Tom Burke, professor visitante no Imperial College London tem observado: "A realidade é que aplicar a análise custo-benefício a assuntos como [a mudança climática] é economia lixo...É vaidoso que os economistas acreditem que todas as opções podem ser reduzidas a um conjunto de cálculos de valor monetário. Alguns comentaristas têm aplaudido a Revisão Stern por falar no jargão econômico que os políticos e a comunidade empresarial podem entender.

Mas enquadrando o assunto somente em termos de demarcação de preços, comércio e crescimento econômico estamos reduzindo o alcance da resposta à mudança climática às soluções baseadas no mercado.

Essas "soluções" adotam duas formas comuns:

- com o comércio de emissões os governos alocam licenças a grandes poluidores industriais para que possam comerciar "direitos de poluição" entre eles, conforme suas necessidades.

- outro enfoque envolve a geração de créditos do carbono excedentes de projetos que afirmam reduzir ou evitar as emissões em outros lugares, geralmente em países do Sul; esses créditos podem ser comprados para compensar qualquer defasagem na redução das emissões.

Esses sistemas nos permitem evitar a resposta mais eficaz à mudança climática: deixar os combustíveis fósseis no subsolo. Evidentemente, não se trata de uma proposta simples para nossa sociedade, muito dependente desses combustíveis; no entanto, todos sabemos que é justamente isso o que se precisa.

Portanto, qual é o incentivo para começar a empreender essas custosas mudanças no longo prazo, quando a gente pode limitar-se a comprar créditos de carbono mais baratos no curto prazo?

### *Forçando o mercado*

No atual contexto econômico neoliberal, as normas do comércio sucumbem inevitavelmente às pressões dos grupos de grandes empresas e à desregulação com o fim de garantir que os Governos não "interfiram" no fluido funcionamento do mercado.

Já temos presenciado essa corrosiva influência no Sistema de Comércio de Emissões da União Européia (ETS), quando, submetidos a pressão das empresas, os governos outorgaram licenças de emissões demais às indústrias mais poluidoras na rodada inicial. Isso provocou uma queda no preço do carbono de mais de 60% com o que se eliminaram ainda mais incentivos para a redução pelas indústrias de suas emissões na fonte.

A indústria tem todo tipo de lacunas e incentivos para que a indústria exagere suas emissões com o fim de obter mais licenças e portanto, adotar ainda menos medidas.

O analista de mercados Franck Schuttellar estima que, durante o primeiro ano de funcionamento do sistema, as indústrias mais poluidoras do Reino Unido ganharam, no conjunto, 940 milhões de libras (USD 1.792 milhões) em benefícios imprevistos graças às generosas alocações do ETS.

Levando em conta tudo o que sabemos sobre o vínculo entre poluição e a mudança climática, essa grande concessão pública a empresas muito pouco limpas é quase indecente.

Pedem que confiemos em que a flexibilidade e a eficiência do mercado garantirão que as emissões de carbono se reduzam da forma mais rápida e eficaz possível, enquanto que a experiência nos demonstra que a falta de regulamentos estritos tende a criar problemas ambientais, não a resolvê-los.

### *Interesse comunitário*

Há toda uma corrente de opinião que defende que a "mão invisível" do mercado não é a forma mais eficaz de enfrentar a mudança climática.

A Declaração de Durban sobre justiça climática, subscrita por organizações da sociedade civil no mundo inteiro, exprime que transformar o carbono em uma mercadoria representa uma privatização em grande escala da capacidade da Terra para reciclar carbono. O bolo atmosférico se divide e entrega aos maiores poluidores do mundo.

Uma ação eficaz perante a mudança climática exigiria reivindicar, adotar e respaldar políticas que reduzam as emissões em sua origem e não um sistema para compensá-las ou comerciar com elas. O comércio de carbono não é uma resposta efetiva; as emissões devem ser reduzidas de forma geral, sem cláusulas de escape para os principais poluidores.

Urge aplicar uma regulação, uma supervisão e multas mais estritas aos poluidores, no âmbito comunitário, local, nacional e internacional, bem como apoiar ativamente as comunidades afetadas pela mudança climática. Atualmente, essas políticas são quase invisíveis, já que vão contra as vacas sagradas do crescimento econômico e o livre mercado.

Lamentavelmente, quando se trata de abordar a mudança climática e manter um crescimento econômico baseado na permanente e crescente extração e consumo de combustíveis fósseis, não há soluções daquelas nas que "todo mundo sai ganhando".

Os mecanismos baseados no mercado, como o comércio do carbono, representam um engenhoso estratagema de contabilidade criativa que desvia a atenção do fato de que não há um cenário "convencional" viável.

As políticas sobre mudança climática deveriam ser algo bem mais sério.

Por Kevin Smith, Justicia Medioambiental, um programa do Transnational Institute (TNI), e-mail: [kevin@carbontradewatch.org](mailto:kevin@carbontradewatch.org).

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrn@wrn.org.uy](mailto:wrn@wrn.org.uy)  
<http://www.wrn.org.uy>

